

## A AUTONOMIA FEMININA NA BELLE ÉPOQUE: CONFIGURAÇÕES (ANTI)PATRIARCAIS DO NATURALISMO BRASILEIRO

Marina Pozes Pereira Santos (UFF)<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste texto, pretende-se analisar algumas configurações narrativas antipatriarcais da ficção naturalista brasileira e analisar como esse posicionamento foi recebido pela crítica no primeiro momento de circulação da estética, nas décadas de 1880 e 1890. Para isso, considera-se a hipótese de que o naturalismo abraçou as causas antipatriarcais em pauta no contexto político-social do período, caracterizado pela transição da Monarquia para a República, como autonomia feminina, sexo livre e fora do casamento, aborto e divórcio. Causas que primavam pela libertação feminina e colocavam em crise a autoridade patriarcal, na qual a mulher figurava como submissa e inferior ao homem, educada para o casamento e para a maternidade.


**Palavras-chave:** historiografia tradicional; naturalismo; sexualidade; autonomia feminina

Neste texto, propomos uma leitura das ações e das atitudes das personagens femininas dos romances naturalistas brasileiros diferente da que vem sendo feita pela historiografia tradicional, notadamente representada por Alfredo Bosi (1972), Lúcia Miguel Pereira (1988) e José Veríssimo (1977). Para isso, analisaremos algumas configurações narrativas antipatriarcais da ficção naturalista brasileira e verificaremos como esse posicionamento foi recebido pela crítica no primeiro momento de circulação da estética, nas décadas de 1880 e 1890. Consideramos a hipótese de que o naturalismo abraçou as causas antipatriarcais em pauta no contexto político-social do período, caracterizado pela transição da Monarquia para a República, como autonomia feminina, sexo livre e fora do casamento, aborto e divórcio. Causas que colocavam em crise a autoridade patriarcal, na qual a mulher figurava como submissa e inferior ao homem, educada para o casamento e para a maternidade, sob a óptica da moral cristã que via a atividade sexual apenas como meio para procriação.

Os impulsos sexuais da mulher foram condenados tanto pela historiografia tradicional como pela sociedade patriarcal. Eles correspondiam a uma doença que precisava de ser tratada e controlada por meio do casamento e da maternidade plena, de forma a se assegurar a instituição familiar e garantir o progresso civilizacional da sociedade moderna. A mulher era educada para casar e ser mãe, sendo condenados quaisquer impulsos que não tivessem por fim a procriação, vistos como violações ao instinto sagrado da maternidade e perturbações ao progresso civilizacional da humanidade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Português-Inglês (UERJ), especialista em Estudos Literários (UERJ) e mestre em Teoria Literária e Literatura Brasileira (UFF). Contato: mar\_pozes@yahoo.com.br.




Contra-pondo-se a esta visão patriarcal, apoiada pelos princípios morais da época e compartilhada pela historiografia tradicional, entendemos como configurações narrativas antipatriarcais as ações e as atitudes das personagens femininas nos romances naturalistas que se opuseram às convenções da sociedade patriarcal, como submissão aos pais e aos maridos, sexo somente depois do casamento e apenas com o seu cônjuge e realização plena da maternidade.

A partir dessa hipótese, exploraremos os romances naturalistas brasileiros *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro (1845-1890) e *O aborto* (1893), de Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914), destacando temas como sexo livre e fora do casamento, sem fins de procriação, aborto e divórcio. Para a análise dessas obras, ao invés de mulheres históricas e ninfomaníacas, como retrata a historiografia tradicional, vemos as ações das protagonistas femininas como indícios de autonomia para decidir sobre sua vida amorosa e sexual, impondo-se em meio à sociedade patriarcal autoritária e opressora. Consideramos, portanto, todo o potencial transgressivo dessas personagens, que desprezavam as expectativas da sociedade patriarcal, mais importante do que as teses sobre histeria feminina que a crítica tradicional – presa às teorias científicas e deterministas do romance experimental de Zola – tentava desenvolver.

Em *A carne*, a protagonista Lenita, órfã de mãe desde o seu nascimento, foi criada sozinha pelo pai Lopes Matoso, que a expusera a uma extensa cultura intelectual e letrada. Ela tinha instrução acima do vulgar, que abrangia conhecimentos de diversas línguas, ciências físicas e estudos sociais. Tudo lhe era fácil, nenhum campo parecia fechado para a sua vasta inteligência. Para José Veríssimo (1977), ela recebeu uma educação de fantasia, “como nunca mulher nenhuma recebeu no Brasil e como raríssimas terão recebido fora daqui” (VERÍSSIMO, 1977, p.188) - o que a fazia parecer um Hebert Spencer ‘de saias’.

Quando Lenita ficou adolescente, vários pretendentes bateram à sua porta, mas a moça, à revelia do pai, dispensava todos os pedidos de casamento. Ela dizia que não tinha vontade de se casar e que escolheria um marido quando sentisse vontade, o que o deixava bastante apreensivo. Ele contra argumentava que cedo ou tarde ela haveria de se casar, uma vez que o casamento era uma necessidade não só social, mas fisiológica.

A partir disso, observa-se que Lenita sabia das expectativas e das exigências da sociedade patriarcal para com as mulheres. Contudo, ela simplesmente deu “de ombros” às opiniões do patriarcado da época. Assim, há nela uma autonomia para confrontar a sociedade patriarcal, ainda que momentaneamente. Tal atitude corresponde a indícios de



autonomia feminina para decidir sobre a sua vida e o seu destino, impondo-se frente aos preceitos da sociedade burguesa e patriarcal, aqui representados por Lopes Matoso e pelos pretendentes de Lenita.

Logo mais à frente, Lopes Matoso morre e Lenita fica órfã de pai aos 22 anos. Muda-se para a casa do coronel Barbosa, ex-tutor de seu pai, que vivia numa fazenda isolada no interior paulista, onde conhecera Manuel Barbosa, seu futuro par romântico. O seu interesse por livros, a sua vivência no exterior, onde provavelmente tivera contato com autores evolucionistas, mais o fato de ter casado por amor com uma francesa, despertaram imediatamente a sua atenção. Contudo, a simpatia por Barbosa escondia a ausência da figura paterna e os instintos sexuais que já vinham crescendo nela.

Mesmo com todo o seu intelecto e prestígio social, Lenita compreendia que não passava de uma simples mulher, e o que sentia, o seu desejo, representava à necessidade orgânica de um homem. Ela descobriu que fisiologicamente era igual às mulheres negras, a uma cabra e a um animal, pois sentia desejos carniais de formas semelhantes. Segundo Mendes (2014), o ponto de vista do romance era de que a natureza não tinha classe social, algo perturbador para a elite nacional que somente aceitava retratar a sexualidade das classes subalternas (MENDES, 2014, p.32).

Ao mesmo tempo em que se sentia atraída por Manuel Barbosa, Lenita se perguntava por que haveria de se importar com aquele homem velho, de aparência rústica e atitudes rudes. Se era a necessidade orgânica de um homem que a torturava, ela poderia escolher um ou vários homens mais fortes que viessem a satisfazê-la. De qualquer forma, a atração que sentia por Barbosa tornou-se irresistível, chegando ao seu cume quando Lenita sofreu a picada de uma cobra venenosa numa caçada na floresta. Foi o filho do coronel quem a salvou, sugando o veneno do seu pé e dando-lhe o antídoto contra a infecção. Alucinada com a lembrança de Barbosa sugando o seu pé, Lenita dirigiu-se ao seu quarto. Barbosa não resistiu a sua presença, e eles passaram a noite juntos.

Esta é a parte do romance mais criticada pela historiografia tradicional: a autonomia de se dirigir ao quarto de um homem para ter relações sexuais. Para José Veríssimo (1977), era inconcebível que Lenita se dirigisse ao quarto de um homem casado, que ainda não era seu amante, e “sujeitar-se depois aos seus caprichos de uma grosseira e bestial sensualidade, como a última das rameiras” (VERÍSSIMO, 1977,

p.190)<sup>2</sup> – como uma mucama desbriada de fazenda. Não obstante, ela vai além da sujeição às vontades do amante, submetendo Manduca ao seu próprio prazer e assumindo, por vezes, posição ativa no ato sexual.


Para Lúcia Miguel Pereira (1988), Lenita é uma personagem pedante, insuportável, histérica e vulgar, oposta a uma mulher superior em luta com as exigências da carne e com as convenções sociais (PEREIRA, 1988, p. 129). Ela é tão imaginária quanto as heroínas românticas, visto que saiu dos livros e não da realidade empírica, “construída não segundo a observação [da realidade empírica], mas de acordo com fórmulas preestabelecidas, que prescreviam a substituição dos sentimentos pelos instintos” (PEREIRA, 1988, p. 131).

Depois do primeiro contato sexual, eles se encontraram novamente várias vezes até que Lenita ficou grávida e decidiu sair da fazenda, uma vez que a situação de divorciado não permitiria que Barbosa se casasse com ela e assumisse o filho. Em São Paulo, ela reencontra um antigo pretendente de boa condição. Contou-lhe tudo sobre o seu envolvimento com Barbosa e sobre a sua gravidez. Ele aceitou a situação e eles se casaram. Numa atitude de cinismo, segundo Veríssimo (1977), Lenita escreveu uma carta para o ex-amante, informando-o sobre a sua nova decisão (VERISSIMO, 1977, p.190). Este se revoltou contra a atitude da moça e não resistiu à dor do abandono e da decepção amorosa, se matando em seguida.

No romance *O aborto*, Maricota e o primo Mário sentiam cada vez mais atraídos um pelo outro. Depois que passou a morar com os tios em Niterói, Mário a ajudava diariamente nas lições da escola normal, ao mesmo tempo em que tentava resistir às seduções da prima. Ele temia que a menina nutrisse desejos matrimoniais e que um envolvimento com ela viesse a atrapalhar as suas aspirações futuras. Mal Mário sabia que casamento não passava pela cabeça de Maricota. Ela sabia que não o amava, pois o que sentia por ele era um desejo carnal, uma necessidade orgânica de um homem. Assim como Lenita, Maricota, alucinada de paixão, também invadiu o quarto do primo, com uma camisola transparente que permitia a visualização das suas opulentas formas corporais. Ela se sentou na cama do primo e deu-lhe um beijo na testa, ao que ele não

---

<sup>2</sup> O padre José Joaquim de Sena Freitas (1840-1913) também criticou a atitude da personagem, visto que não era natural que uma donzela virgem e instruída estresse dessa forma na sexualidade, tomando por vezes a atitude do homem. Uma posição moralista, conservadora e patriarcal, contra a qual a estética naturalista se opusera. Ver em FREITAS, Joaquim José de Sena. *A polêmica*. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.




mais resistiu. Tomou-a nos seus braços, beijou-a sofregamente e consumou a sua primeira relação sexual.

Sem perspectiva financeira para ela e para o pai, que entrara em falência financeira, Maricota aceitou o pedido de casamento de um velho advogado, um libertino, casado com uma velha enferma e conhecido pela alcunha de Bode Velho, tendo o primo Mário como amante. A partir disso, Maricota passou a ser extremamente estigmatizada pela sociedade, sendo abandonada por todas as suas amigas niteroienses. Se a união com o advogado lhe causou isolamento social, por outro lado foi um meio de realizar todos os seus desejos de grandeza, sair da pobreza em que vivia e manter as relações amorosas com o primo. Não obstante, um fato viria a mudar completamente a sua vida: estava grávida do primo. Ambos decidiram pelo aborto, provocado pela ingestão de uma substância abortiva ministrada pelo primo, a qual provocou-lhe uma hemorragia que a levou ao óbito.

Numa leitura apressada dos romances, pode-se afirmar que tanto Lenita como Maricota se submeteram à ordem patriarcal. Com relação à última, a morte após a tentativa de aborto pode ser lida como uma punição narrativa imposta à personagem. Todavia, observa-se que, mesmo com estes finais, as experiências vividas pelas protagonistas não deixaram de representar uma crítica aos valores da época e de sugerir a liberação da sexualidade feminina. O final não esvazia o potencial transgressivo e antipatriarcal dos romances, uma vez que, em nenhum momento, elas se mostraram arrependidas das suas breves experiências libertadoras. Destarte, mostram-se mais felizes do que no início das narrativas, abrindo assim uma ambiguidade narrativa que lança sob suspeição a tese de mulheres histéricas, neuróticas, doentes e proscritas pela sociedade. Elas viveram a emergência do natural, do instinto, do primordial e do sexual, afirmando-se para subverter a ordem patriarcal. As suas “condenações” finais não turvam as inúmeras transgressões da ordem patriarcal narradas no romance.

A partir disso, percebe-se que, apesar das protagonistas um final trágico, elas não deixaram de representar uma crítica aos valores da época e promover a liberação da sexualidade feminina e, por extensão, dos prazeres no corpo feminino. O final trágico apenas realça os rigores da sociedade, demonstrando as mulheres livres não tinham espaço neste meio.

Como vemos, a ficção naturalista, por razões programáticas e como resultado de sua visão materialista, científica e desiludida de mundo, nutria uma concepção de autonomia feminina que foi combatida pela recepção crítica e raramente reconhecida



pela historiografia tradicional. E, por vezes, mal recebida pelos próprios leitores. Tal posicionamento era borrado por estudos sobre a tese da histeria feminina, que anulavam todo o potencial transgressivo das personagens femininas naturalistas.

Nesses romances, os preconceitos da moralidade patriarcal estão sob suspeição, promovendo uma liberação da sexualidade feminina e, por extensão, dos prazeres no corpo feminino. Como observamos, não há nesses romances uma ruptura propriamente dita com o patriarcalismo da época. As protagonistas suspendem o controle patriarcal, mas o patriarcalismo ainda “vive” nos textos naturalistas. Ele não está suspenso, e sim sob suspeições devido às ações transgressoras das personagens femininas, inserindo uma brecha dentro do moralismo patriarcal, como aquilo que escapa às convenções do período e inseri o naturalismo na trama.

Tanto *A carne* como *O Aborto* contam histórias de mulheres liberadas ou que reivindicavam liberação, não se envergonhando do seu próprio corpo e dos seus desejos. Achavam o casamento uma instituição falida e eram a favor do aborto e do divórcio. O romance *A carne* já foi exaustivamente estudado e analisado sob estas visões que, no nosso entendimento, negavam o materialismo dos corpos femininos, anulando-os como matéria em movimento. Conseqüentemente, estes trabalhos rejeitaram que a natureza essencial tanto do homem como da mulher era o seu corpo e as todas as implicações ligadas a ele, especialmente o desejo sexual.

Importante ressaltar que aqui falamos sobre liberdade feminina de pensamento e de atitudes e não financeira, visto que as mulheres continuavam economicamente dependentes dos seus pais e maridos. Portanto, elas não eram legalmente livres, mas, por outro lado, eram donas de suas ideias, dos seus corpos e dos seus desejos sexuais. A resistência ao autoritarismo patriarcal evidenciava-se por meio das ações e das atitudes centradas no corpo e no sexo. Elas cultivavam o livre pensamento e expressavam os desejos sexuais de forma veemente como os homens, o que permite uma aproximação com as experiências libertinas das narradoras Tereza Filósofa, Fanny Hill e das protagonistas de *Os serões do convento*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O romance libertino é uma fonte inconfessável pela historiografia tradicional dos escritores naturalistas. Contudo, através da nossa pesquisa em andamento sobre a importância da tradição libertina para o romance naturalista, percebemos que, até certo ponto, o romance naturalista se construiu a partir desta tradição, compartilhando temas e configurações narrativas, tais como a personagem da mulher dona de seu destino, a centralidade do corpo e do sexo, assim como a elocução distanciada, tomada ao discurso científico, que evitava julgar (MENDES, 2017).

As críticas às convenções patriarcais, promovidas pelos romances naturalistas, ficam mais evidentes quando vemos, através da leitura dos periódicos da época, que eles eram ditos como obras pornográficas pelos leitores das obras na sua primeira circulação:

Pode causar estranheza que o romance naturalista fosse apropriado como literatura pornográfica no momento de sua primeira circulação, mas o leitor do final do século XIX, o anticlericalismo, a centralidade no corpo físico e a enunciação distanciada do naturalismo aproximavam-no da pornografia. Ambos tinham como base o cientificismo e o materialismo, e advogavam a ideia de que a natureza era moralmente neutra. (MENDES, 2017, p. 182).

Esta associação com a pornografia para obras que destacam as experiências libertinas das protagonistas com relação aos seus corpos e aos seus desejos, sendo que as próprias leem obras consideradas pornográficas no enredo das narrativas, reforça a nossa tese de que a ficção naturalista abraçou as causas antipatriarcais, como autonomia feminina, sexo livre e fora do casamento, em pauta no período. Deste modo, apesar de vendidas sob a rubrica de “leitura para homens” e vetadas ao deleite feminino, sob acusações de imoralidades, elas eram lidas pelos leitores, masculinos ou femininos, que buscavam a satisfação dos seus instintos carnis.


### **Referências bibliográficas**

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1972.

FREITAS, Joaquim José de Sena. *A polêmica*. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.

MENDES, Leonardo. *Júlio Ribeiro, o naturalismo e a dessacralização da literatura*. São Gonçalo – RJ: Pensares em Revista, n. 4 (jan/jul), p. 26-42, 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/10980>  
Consultado em abril de 2017.

\_\_\_\_\_. *Livros para homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX*. Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 53 (jan), p. 173-191, 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/67571/pdf>  
Consultado em janeiro de 2017.



PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: Prosa de ficção (de 1870-1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

PIMENTEL, Figueiredo. *O aborto*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

RIBEIRO, Júlio. *A carne*. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.

VERÍSSIMO, José. *Teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.